



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2555/2024  
Data: 29/10/2024 - Horário: 12:51  
Legislativo

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE OUTUBRO DE 2024.

**APELO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR  
DO ESTADO DE ALAGOAS PARA EMPREENDER  
ESFORÇOS A FIM DE INSTITUIR DOCUMENTO DE  
IDENTIDADE FUNCIONAL EM FORMATO DIGITAL  
PARA POLICIAIS MILITARES, POLICIAIS CIVIS E  
DEMAIS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO  
ESTADO DE ALAGOAS**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, apresento a Vossa Excelência, conforme o art. 157 e ss. do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a presente **INDICAÇÃO**, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, com a finalidade de instituir documento de identidade funcional em formato digital para policiais militares, policiais civis e demais agentes de segurança pública do Estado de Alagoas.

**JUSTIFICATIVA**

A Indicação possui como objeto a criação de documento de identidade funcional em formato digital para policiais militares, policiais civis e demais agentes de segurança pública do Estado de Alagoas. Essa iniciativa foi abordada no projeto de lei 116/2023, que recebeu aprovação das Comissões 2ª e 9ª da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, destacando-se por não conflitar com as normas vigentes e por dar mais segurança aos agentes públicos, já que eles correm risco de morte quando não estão em serviço e são identificados, protegendo suas vidas por meio do estabelecimento de sua identidade funcional em formato digital.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

Entretanto, o Poder Executivo Estadual expressou preocupações, pois o Projeto de Lei versa sobre servidores e serviços públicos e incorre em vício de inconstitucionalidade formal, ao violar o disposto nas alíneas b e c do inciso II do §1º do art. 86 da Constituição Estadual, isto porque a norma proposta versa sobre servidores e serviços públicos. No que tange à constitucionalidade material, tende a gerar aumento de gastos públicos, bem como violação ao Princípio Constitucional da Separação dos Poderes por adentrar na esfera de atos reservados à Administração Pública.

Diante da relevância dessa matéria, que visa proteger as vidas dos policiais militares e civis, bem como os demais funcionários da segurança pública do Estado de Alagoas por meio do estabelecimento da identidade funcional em formato digital, a apresentação desta Indicação é fundamental.

A medida segue tendência já generalizada na documentação pública, uma vez que já é possível emitir, por exemplo, versões digitalizadas de documentos de identidade como a carteira da OAB e a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Ademais, a medida acompanha o fluxo de modernização burocrática, o documento digital vai trazer mais segurança aos agentes públicos, já que eles correm risco de morte quando não estão em serviço e são identificados.

Desta feita, nos termos do art. 158 do Regimento Interno, a transmissão da seguinte proposição ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas: “A Assembleia Legislativa Estadual indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, para instituir documento de identidade funcional em formato





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

digital para policiais militares, policiais civis e demais agentes de segurança pública do Estado de Alagoas. ”

Sala das sessões,      de outubro de 2024.

**Delegado Leonam**  
**DEPUTADO ESTADUAL**